



Secretaria da Educação

Ata Reunião Comissão de Elaboração do Currículo Integrado

05 de outubro de 2022

Aos 5 dias do mês de outubro de 2022, reuniram-se no auditório da educação, os integrantes da Comissão de Elaboração do Currículo Integrado, de acordo com portaria n. 002 de 25 de abril de 2022. Na lista de presença houve a assinatura de 47 pessoas. A reunião começou com a Elisângela Maria Pereira (Comerc) explicando aos presentes que recebemos a justificativa de ausência via portal da professora Agnes Tiengo Gonzales, da E.M. Jardim Esmeralda, e por mensagem da diretora Daniela Cristina Lopes de Abreu, da E.M. Sylvio de Araújo. A Elisangela apresentou a sequência das atividades de hoje: a retomada do texto votado na reunião passada, para elencar destaques de assuntos importantes que possam ser complementados ao mesmo e na sequência as leituras, discussões e votação das propostas referentes à categoria *avaliação* enviada pelos participantes. Ao final das votações ficou combinado que seria verificada a viabilidade ou não da discussão sobre a inclusão ou não de outras categorias. O grupo foi consultado se havia alguma sugestão de complementação do texto e houve apenas a sugestão da Elisangela, que destacou que no texto se apresentam os conceitos de desenvolvimento real e proximal, mas que Vygotsky também traz o desenvolvimento potencial e que seria importante demarcar. O Uelinton de Castro (PEB II – Arte, E.M. Elpídio Mina) explicou para todos o que significaria e sugeriu que fosse feita relação com o texto anterior. A Elisangela destacou que nesse ponto, seria importante ainda destacar o papel do professor. Além disso, sugeriu um detalhamento maior sobre Atividade Principal ou Guia, citando o quadro que apareceu na proposta, pois é uma teoria que a rede não está habituada estando mais acostumada com as fases piagetianas. A Rosana Tessuto (PEB I, E.M. Sylvio de Araújo) também sugeriu que seja feita uma relação também com o brincar, como uma complementação. O Adriano Moreira (Comerc) realizou uma pergunta sobre essa complementação ao texto proposta. A Elisangela explicou que isso já foi feito nas reuniões anteriores e que não se trata de alterar a essência e sim complementar. Não houve mais sugestões, portanto, seguimos para as concepções sobre avaliação. As proposições foram lidas na sequência de envio,



Secretaria da Educação

iniciando pela proposta coletiva enviada por Adriano Moreira, Camila Cilene Zanfelicce, Natalí Angela Zanfelicce, Heluane Ap. Lemos de Souza e Mônica Cristina Q. Christofolletti. A proposta foi lida pela Camila Cilene Zanfelicce (diretora, E.M. Maria Isabel Soares). A Elisângela sugeriu que já fizéssemos a discussão da proposta lida. A Camila destacou que o texto traz a prática avaliadora como uma prática do professor, enquanto prática científica, não emotiva, nem emocional, mas com instrumentos claros, que deem conta de demonstrar o que se ensinou e o que se aprendeu. Destacou que essa proposta traz para o professor a responsabilidade sobre o seu trabalho, sendo este o coração do processo, do ensino, junto com o aluno, que tem a sua parcela na aprendizagem. Os registros e relatórios são feitos para o docente em última instância, pois ele precisa desses dados, para entender como cada aluno aprende, para que possa reorientar sua prática, caso seja necessário, não para mostrar para os pais. Vem numa tendência de desburocratização. Destacou que esse instrumento o Comerc vai definir, com a colaboração da CECI, mas que esse tipo de avaliação serve ao docente para orientar seu trabalho, para que possa responder aos pais na reunião sobre o desenvolvimento do estudante, sem precisar apresentar um relatório padronizado. O professor, nesse contexto, vai poder falar o que deu errado às famílias, podendo indicar o que foi feito. Explicou que se trata de desburocratizar no sentido de que não é um papel padronizado que vai expressar para os pais o desenvolvimento dos seus filhos. Nesse sentido, o professor se apropria cada vez mais da sua prática e poderá fazer um relatório a partir disso, se for necessário, se for solicitado. Ela destacou sobre a apropriação do docente nesse processo, citando a reflexão para avaliar, usando a base decimal como exemplo: relatou que é comum que o docente queira avaliar se o estudante se apropriou da compreensão do sistema decimal colocando uma atividade para completar o antecessor e sucessor. A Rosana falou na sequência a respeito do seu desafio com as burocracias, dizendo que entende que as coisas precisariam ser mais orgânicas, mais reais, não que não se queira fazer registros, mas que sejam mais legítimos. Levantou ainda que precisava delimitar mais o planejamento, para pensar nessa avaliação. Leonora Cristina Farias (PEB I, E.M. Theodoro Paulo Koelle) destacou que gostou muito do texto da Camila, pois os professores conhecem muito os alunos e acabam explicando para os pais, pois estes não leem os pareceres e perguntam diretamente para o docente como o filho está, sendo assim, o docente acaba falando, assim os relatórios descritivos são só burocracias. Camila continuando a respeito dos



Secretaria da Educação

números decimais, justificou que a criança identificar antecessor e sucessor não quer dizer que o estudante domina o sistema decimal, por isso precisamos pensar nos instrumentos de avaliação, coisas que não parávamos para pensar, assim, o professor precisa ter cada vez mais consciência disso. Não é nada que se faça da noite para o dia, que é um processo que deverá ser feito um aprimoramento na rede, pensando o quanto isso contribui para as crianças, pensar nos objetivos finais das avaliações. Não se trata de não ensinar sucessor e antecessor, mas pensar para que esses dados vão servir. Igor Ganun Gardengui (PEB I, E.M. Darci Reginatto) concordou que os pareceres trazem a subjetividade e quando pensamos em rede isso não se aplica, mas destacou que precisamos pensar em instrumentos para a avaliação. Utilizando o exemplo que a Camila deu, frisou que precisamos avançar nos instrumentos que utilizamos. Disse que não se trata de que o professor não tem a parte dele de se expressar, mas que os instrumentos precisam estar bem estruturados e ainda que devemos avançar e já começar a pensar nesses instrumentos, se não aqui, na própria atuação da CECI, com o Comerc, pois será mais tangível. Destacou ainda o papel do professor, que ele tem suas especificidades nas diferentes modalidades, assim precisamos pensar nessas categorias, pensando nas questões das especificidades. Na sequência o Adriano destacou que historicamente a avaliação é uma questão no país. Na escola tradicional era um instrumento de poder do professor, a partir dos anos 90 com uma série de reformas econômicas, a avaliação virou um instrumento de poder do governo para controlar o professor, destacando como isso delimita a atuação do professor, pois não vivemos em função do ensino, mas sim da burocracia, pois precisa estar o tempo todo produzindo coisas para dar conta do que o externo te cobra. A avaliação é um meio de atingir um fim, que é o processo de ensino e aprendizagem. Avaliar é emitir um valor e por si só é subjetiva. Na escola não estamos só avaliando, nós construímos um processo de avaliação e que não é possível tirar sua subjetividade, mas podemos aumentar sua objetividade, tornando-a coerente com aquilo que se propõe. A avaliação precisa avaliar o planejamento e não o inverso. Segundo ponto exposto pelo Adriano é que não se pode ensinar conceitos de basquete e cobrar conceitos de vôlei. Disse ainda que a avaliação é emissão de valor e não pode ser só o que eu acho, com isso eu preciso de instrumentos de coleta de dados, que precisam estar claros e objetivos, para a reflexão de quem faz, para reorientar as ações, mas também tem um aspecto que precisa ser claro para os demais envolvidos no processo, que engloba o comunicar isso para os estudantes e os



Secretaria da Educação

pais. Adriano concordou com a Leonora sobre a pergunta dos pais sobre o desempenho dos filhos, assim destacou que a avaliação deve ser clara para os pais. Destacou que as notas acabam sendo mais claras para os pais e disse ainda que no programa de pós-graduação da Unesp as pessoas são avaliadas por notas, e se isso serve por lá, por que não serve aqui? Lembrou que a questão da nota é uma política pública diferente nas cidades. Disse ainda que o Comerc vai abrir uma consulta pública para rever a Deliberação 1 (Deliberação Comerc nº. 001 de 12 de maio de 2011) e nesse ponto, a revisão dos instrumentos. Michelle Cristina Bueno Bichof (profa. coordenadora, E.M. Marcello Schmidt) sobre a discussão do instrumento disse que sentiu falta na sugestão sobre a forma de sistematizar essas informações. Rosana destacou a questão que Adriano falou sobre avaliação externa, pois disse que fica entre a cruz e a espada quando elas acontecem, mas que se pergunta se isso é necessário, sendo um instrumento de opressão. Disse que quando pensamos nos instrumentos, estamos pensando no currículo e que precisa dar clareza para as famílias desde o começo: compartilhar os conteúdos trabalhados com os pais, pois eles compartilham o que notam sobre os filhos, não ficando apenas no que o estudante acertou ou errou. Nesse contexto, Rosana disse que não fica só falando sobre quem é apto ou não pois tem também a professora do AEE e disse que fica feliz quando a estudante PAEE consegue escrever o nome das amigas sozinha, descrevendo quando a estudante também consegue permanecer na sala, e que notar isso também é avaliação. Nelson Leme da Silva Júnior (supervisor de ensino, SME) fez um apontamento sobre essa ser uma discussão histórica na SME, considerando que desde aquela época os autores citados eram esses e que seguimos um padrão que não foi alterado até hoje. Disse que alteramos alguns significados e instrumentos, mas a concepção não. Destacou que o que o Igor trouxe são pontos importantes, mas que além da questão da instrumentalização é necessário se pensar a formação, pois se não tem a formação adequada ele não vai conseguir, se a SME não instrumentalizar o professor, não contribuindo para a formação, vamos fazer tudo de novo, recaindo no preenchimento de tabelinhas, sem compreensão. Disse que se o instrumento de avaliação não sair da escola, a partir de discussões da escola, estaremos fadados ao fracasso novamente e não vai ter significado, o que reflete as perguntas que os pais fazem. Destacou que aí vem a questão do conceito, pois é o que tem mais significado para a sociedade e que Rio Claro não tem uma vocação avaliativa dentro da SME e que esses instrumentos devem ser feitos dentro das escolas e não da secretaria,



Secretaria da Educação

pelo CAP ou Supervisão, deve vir das escolas, pois quando o pai vem perguntar, não faz sentido, se responde que segue a um modelo. Quando falamos de modelo, vem a relação da própria cobrança da sociedade e precisamos fazer de tal forma que a sociedade entenda nosso modelo adotado. Jeferson Mello de Souza (CAP, SME) destacou que em 1990 foram para Sorocaba assistir ao Luckesi e à Hoffman. Camila falou sobre a questão da formação e disse que já levantou essa questão da formação com a Valéria como presidente do Comerc, falou sobre a educação infantil e a ausência dos conteúdos indicando que se a gente não sabe qual conteúdo trabalha como eu vou fazer para avaliar. Destacou que isso vai depender dessa formação. Na sequência ela fez o convite da consulta pública a respeito da Deliberação 001 do Comerc, que trata da avaliação, e que será aberta a toda rede para sugestões. Sugeriu que as pessoas já pensem em instrumentos que acreditam que seja coerente, se as escolas que devem propor, e que é outro âmbito de discussão, que vai estar ligada a essa discussão pedagógica, mas essa definição mais prática, mais instrumental, vai estar definida na deliberação, que aqui é mais conceitual. Sobre os pais, eles percebem quando o professor tem um trabalho que desenvolve o estudante, então trata-se de uma questão de trazer a família junto, pois o trabalho é complementar à educação da família, então é fácil trabalhar com as famílias no sentido de explicar esse desenvolvimento sem precisar dar nota, se o trabalho é efetivo, os pais conseguem perceber o desenvolvimento, mas o pai precisa saber o que está sendo trabalhado na escola. Márcia Maria Stefan Clemente (PEB I, E.M. Nephtali Vieira Júnior) se manifestou sobre a questão dos instrumentos citando que a filha está estudando nos Estados Unidos e disse que lá trabalham com conceitos e que o professor a chamou para falar o que ficou faltando para a estudante aprender, destacando que aqui temos o hábito de destacar o que conseguimos e que lá o *feedback* foi relacionado com aquilo que ainda faltava. Disse que na educação infantil sempre colocamos aquilo que os estudantes atingiram e não o que ficou faltando, então disse que lendo os textos no dia anterior e avaliando pensou que em nenhum momento destacamos o que fica faltando, os parâmetros. Disse que a filha estuda lá em escola pública e que aqui no Brasil estava acostumada com tabela em escola particular marcada com x e sempre com foco no que aprendeu e não no que falta. Adriano disse que o Nelson e a Rosana tocam em pontos importantes, sobre a necessidade de que seja uma construção coletiva, capaz de fazer e consensuar, possibilitando avanço no entendimento e que estamos num momento de poder avaliar. Citou como exemplo o PME, que quando foi feito em 2014



Secretaria da Educação

era o melhor que se poderia fazer e consensuar, mas que hoje, quando olhamos para o documento, pensamos no que poderia ter sido feito melhor. Disse ainda que estamos fazendo a proposta pedagógica, pois são concepções gerais que irão nortear a todos, depois faremos o currículo e na sequência o PPP, que se for um instrumento pedagógico, será feita a parte específica do currículo. Destacou que os instrumentos de avaliação devem partir do PPP e se não vier dele seria incoerente, pois é no PPP que a escola coloca as questões específicas, dentro de diretrizes estabelecidas que o Comerc vai fazer, em parceria com os docentes e Secretaria, assim não são pessoas iluminadas que irão resolver. Adriano citou o exemplo da Rosana e sua aluna PAEE, lembrando que o que avaliamos é o que a estudante não tem e a sua conquista. Disse que não é uma avaliação que recai sobre a aprendizagem x desenvolvimento, pois esse último trata de questões complexas de medir e não temos formação para isso, além disso a avaliação deve ser objetiva, e nesse contexto ela perde a objetividade, pensando no planejamento perde o sentido, por isso também é possível que os pais não entendam. Destacou que a avaliação precisa focar no processo de ensino e aprendizagem. Luciane Aparecida de Oliveira (CAP, SME) levantou que as várias questões estão sendo trazidas tratam da formação de professor, o conceito de formação, com isso parece que já está estabelecido e na verdade, quando se coloca na prática, aparecem os equívocos e controvérsias. Pensar quais instrumentos usar e o que ele vai me trazer de informação e formação não é só para o professor, serve para ele e para os pais. Destacou ainda que existe um equívoco no parecer quanto à forma de registro docente, que não é entendida como parte do seu trabalho, suas atribuições, sendo que em alguns casos o docente enfatiza aquilo que a criança não é capaz, sendo enfatizado o não, aquilo que o estudante não atingiu, e por isso mesmo os pais não entendem o que os estudantes são capazes, por isso é importante refletir sobre como isso vai servir para o trabalho. Ainda citou o diário de bordo, que se trata de um registro que o professor leva embora, leva a narrativa, é a produção do professor, mas que é importante pensar qual registro vai ficar na escola. Assim, as avaliações que o docente faz não dialoga e tendem a abordar o comportamento, sem dar um *feedback* para os estudantes, trazendo a reflexão de que será que este sabe o que se esperava, o que aprendeu e o que ainda falta? Luciane ainda trouxe a sugestão de que no texto seja revisto os termos crianças, para que seja substituído por educandos, de forma a abarcar todos discentes. Rosana retomando a avaliação e formação de professores destacou o Pnaic, dizendo que gosta da



Secretaria da Educação

organização em torno dos direitos de aprendizagem, sugerindo que o grupo pense o que podemos aproveitar deles. Igor complementando sobre a questão do erro destacou que a compreensão do porquê errou deve fazer parte desse processo, usando como exemplo a questão do algoritmo na resolução dos problemas, num caso em que o estudante faz o processo certo, mas erra apenas o resultado. Com isso, é importante entender o porquê errou, no passo a passo e que isso está relacionado a formação que está atrelada a ver apenas o final e não o processo como um todo. Uelinton concordou com o Nelson sobre o apontamento dele, destacando que vamos continuar no processo, tentando acertar. Destacou a importância do professor, no sentido da coerência de todos os textos aprovados aqui, dentro dessa perspectiva, destacou a questão da escola e do professor no currículo, sem secundarizar, dizendo que a valorização está intrínseca em todos os textos, assim como a questão da educação formal e dos conteúdos. Sintetizou dizendo que enfim, não se deve secundarizar o papel do professor. Mônica Cristina Queiroz Christofolletti (vice-diretora, E.M. Dennizard França Machado) destacou a fala do Nelson sobre as formações, destacando que sobre avaliação não foram poucas as formações sobre registro reflexivo e que a definição do currículo vai ajudar a clarear muito mais. Disse que quando se fala de conteúdo, não na visão dos direitos de aprendizagem, parece que estamos falando de visões distintas, que é importante saber o que cabe a mim, o que ensinar, seja como isso vai ser chamado. Disso ainda que o instrumento foi muito burocratizado dentro da escola, como um instrumento sem sentido, num processo de copiar e colar em torno de algumas categorias. Expressou que quem acompanha a parte pedagógica percebe muito isso, que não é reflexivo mesmo, é burocrático e que precisamos mudar isso pois não serve para ninguém: nem o pai, nem o professor e nem o aluno. Falando sobre o Ensino Fundamental, disse que o professor pode retomar tópicos, pois os alunos mostraram não compreender e com isso o professor está avaliando sua prática e fazendo o replanejamento, que é importante e está no texto. Destacou o papel da consulta pública para revisão da deliberação e instrumentos, pois isso irá virar algo do nosso dia a dia, então espera que haja participação da maioria, que começa na escola e termina no COMERC, e depois na aprovação de tudo isso. Disse que o Adriano e o Uelinton destacaram bem que a gente precisa seguir a mesma linha de pensamento para a avaliação, sendo importante focar na aprendizagem e avaliar o aluno não em relação a todos, mas a ele mesmo e o papel do professor, deixando essa importância escrita, valorizando o profissional e sua conscientização sobre o seu papel



Secretaria da Educação

nisso tudo e que muitas vezes o professor assume papéis que não são dele. Heluane Aparecida Lemos de Souza (vice-diretora, E.M. Maria Isabel Soares) destacou a necessidade de se avaliar e registrar o ainda não aprendido, uma coisa que não aparece nas nossas avaliações, destacou que tem um parágrafo na pág. 4 da proposta apresentada que destaca isso e contempla essa discussão sobre a importância do não aprendido aparecer, entendendo que o professor vai atuar no desenvolvimento proximal, já que vamos atuar naquilo que não deu certo. Nosso trabalho é um processo e olhando para isso que vai permitir os replanejamentos, retomadas e avanços. Simara Pereira da Mata (vice-diretora, E.M. Armando Grisi) destacou que articulando com o caso das crianças PAEE temos dois riscos: focalizar nos conteúdos gerais da turma e com isso já pressupor que ela não vai aprender esses conteúdos, enxergando pela deficiência e não pela aprendizagem, e o outro é focar nesses conteúdos e não perceber que ela está aprendendo outras coisas e que faz parte do currículo dela e que trata das aprendizagens dela. Deu o exemplo do caso da sua tese, sobre o aluno com surdo-cegueira sobre o processo de reconhecer a colher e por na boca: trata-se de reconhecer as palavras e reconhecer os objetos, que tem relação com o que a Rosana falou sobre a aluna conseguir ficar na sala. Disse que isso envolve também o contexto, a comunicação, e deu exemplos sobre avaliação, que é muito complexa. Citou o PDI como um instrumento que pode dar conta disso, sem subestimar, nem preconceber e sem focalizar no conhecimento científico. Adriano quis citar dois aspectos sobre o que a Luciane trouxe: disse que ficou afastado da escola quatro anos e quando voltou para a escola se surpreendeu, pois se a gente não tiver um pouco de indisciplina, a vida do diretor é ficar na frente do computador preenchendo avaliações, de certa forma e no caso do professor mais ainda e com isso o processo de ensino e aprendizagem fica para depois, assim são instrumentos de controle que ninguém lê no final das contas. Disse que chegou o momento de entender isso, entendendo a função do PPP, entendendo que certas coisas devem ser produzidas na escola. Citou que participa desses movimentos desde que entrou na rede e que normalmente, nessas discussões, a culpa acaba recaindo no professor, o que não é verdade. Destacou que a rede não tem proposta pedagógica e não tem currículo, não tem o que nos deve orientar e que isso não faz sentido. Salientou que formação é sempre bem-vinda, mas os problemas não são por conta da formação e nem do professor, mas são esses equívocos que proporcionam a incompreensão dos processos, por isso esses processos precisam partir da escola, a partir de parâmetros,



Secretaria da Educação

então é uma questão maior que formação. Disse que os iluminados fazem as coisas e a culpa é de quem não tem a formação, por falta desse entendimento da gestão macro, de entender o que deve ser feito na rede, o que deve ser feito na escola. Rosemara Cardoso Ceregato (PEB I, E.M. Jardim das Palmeiras) disse que como mãe sabe quando o filho tem um problema, usando o exemplo de um item como divisão, disse que ela tenta ajudar a resolver isso, colaborar nisso, então pontuar as dificuldades ajuda os pais a saberem onde pode intervir. Trouxe ainda a questão da indisciplina, das crianças que não conseguem focar no conteúdo e com isso acaba sendo prejudicada. Disse que hoje em dia os professores estão com medo de falar sobre isso com os pais e que muitas vezes a família não sabe o que fazer. Destacou que seria importante a questão da articulação com a saúde, pois a criança acumula defasagens. Levantou a questão de o que fazer, pois percebe o medo dos professores em falar com os pais, por medo de que interpretem errado, lembrando que uma dificuldade pode ser um distúrbio ou não, mas também vai ser prejudicada quanto ao conteúdo. Leandro Generoso Lopes (PEB II, E.M. Dep. Hamilton Prado) destacou que o Adriano leu sua mente quando disse que ninguém lê pareceres descritivos e completou ainda que as escolas estaduais nem recebem no final do 5º ano e no final da 8ª série. Na sequência, a Luciane fez a leitura da proposta integral da Daniela de Abreu, que teve sua ausência justificada. Rosana pediu a fala, descrevendo que o texto da Daniela está muito bem escrito, sem ignorar o que está na legislação, separa o que é teste e que vai na linha de avaliação que estamos pretendendo aqui. Destacou que está muito bem escrito. Leandro, resgatando uma das falas do Nelson, destacou que acha importante que as legislações sejam citadas, pois não podemos fugir delas nos documentos que estão sendo escritos. Na sequência a Rosana pediu para retirar sua proposta, justificando que está com duas propostas gigantes e prefere retirar a sua, que ela não conseguiu formatar e que citou as questões afetivas, a Hoffman, mas que prefere retirar a proposta em função da proposta do grupo e a da Daniela. Michelle Cristina Bueno Bishof (profa. coordenadora, E.M. Marcello Schmidt) fez uma pergunta sobre as complementações que a Elisangela explicou. Rosana falou sobre a proposta da Daniela e destacou que ela traz a questão do ciclo, pois se não queremos uma coisa classificatória, é importante que apareça a questão do ciclo. Destacou sua sugestão da possibilidade de o aluno do segundo ano poder ir no terceiro, no final do ciclo e vice-versa. Caciara Andrade Koehler do Amaral (PEB I, E.M. Francisca Coan) queria perguntar sobre a questão do levantamento do Comerc,



Secretaria da Educação

perguntando se esse texto que estamos fazendo vai ser revisto em função disso. O Adriano explicou que não, pois o Comerc deverá fazer o que está sendo norteado pelo fundamento teórico daqui. Adriano destacou que o que o Leandro disse é importante, mas que a proposta pedagógica não é documento único, que não é um documento que vai tratar de tudo, pois existe uma série de documentos que atuam junto, como as legislações, o PPP etc., assim não é uma coisa que se encerra, mas que cada coisa tem seu momento, na proposta a ideia são as concepções teóricas, para ter um todo que se converse. Cristiane Ferreira Auriemo (profa. coordenadora, E.M. Octávio José Chiossi) trouxe sua dúvida relacionada à BNCC no que diz respeito à consolidação da alfabetização no final do 2ª ano sendo que na rede a alfabetização está marcada para que se complete no final do 3º ano e que nesse ponto é feita a retenção. Adriano e Mônica explicaram que essa questão da retenção vai ser decidida no município. A Elisângela então encaminhou as propostas para a votação, sendo o seguinte resultado: Primeira proposta 42 votos, segunda proposta 1 voto e 4 abstenções. Na sequência a Elisângela perguntou se alguém tem algo para colocar em relação às adequações: o Nelson trouxe a questão da importância de trazer a legislação para nos posicionarmos, em especial sobre os artigos da LDB; a Paula Cristina da Silva Gonçalves (CAP, SME) retomou a fala da Luciane sobre a importância de se revisar os termos “criança”, exceto quando se tratar de citações diretas dos autores, considerando os estudantes adolescentes, jovens e adultos da rede. Camila pediu para falar como presidente do Comerc para a CECI e disse que em Rio Claro estamos atrasados em relação às datas estabelecidas pelo governo do Estado em relação à entrega de Currículo, compartilhando sua conversa com a Valéria e a preocupação da possibilidade de perda de verba em função disso. Trouxe a pergunta feita pela Valéria, para saber se até o final do ano teríamos um texto. Nelson pediu a fala para compartilhar que o tribunal de contas pediu para inserir o documento, destacando que a legislação diz que precisa ter um currículo para ter a complementação do recurso do VAAR (Valor Aluno/Ano por Resultados) e que as discussões estão gerando em torno disso, principalmente em torno do tribunal de contas. Compartilhou que recentemente não fomos contemplados em um convênio pela falta do currículo, indicando que todas as consultas dizem que se não tiver, a partir do ano que vem, não recebemos a complementação. A Camila disse que conversou com a Valéria sobre a questão de que precisa pensar em uma formação para a rede para depois pensar o currículo, pois não é um “catadão” de conteúdos e precisa ser coerente com relação à



Secretaria da Educação

proposta e disse que o Comerc vai fazer a proposição da formação juntamente com a SME. Sugeriu ainda a possibilidade de fazermos independente, um texto inicial para apresentar e garantir essa verba. Elisangela disse que a proposta pedagógica não substitui o currículo. Igor perguntou se é possível alterar o documento mesmo depois de entregue e a Camila disse que sim, pode ser alterado a qualquer momento. Camila falou sobre decidir sobre a formação e se faz esse texto, parando as categorias e só depois escolhe mais categorias e se esse currículo sai de alguma forma. Adriano disse que o Tribunal de Contas (TC) não corta verba e nem fiscaliza o que o município faz com o dinheiro. Nelson completou que verifica sobre o que deixa de fazer. Adriano completou que para o TC você pode explicar sempre o porquê não fez, citando o exemplo do uniforme escolar, destacando que nesse caso não acontece nada, que o TC não manda no poder executivo. Nelson disse que o TC está cobrando a resolução dessa questão legal. Adriano disse que TC pergunta e questiona e que isso não quer dizer que a gente tem que correr fazer e que no ano que vem não sabemos como vai ficar o governo e que acha uma farsa a gente mandar qualquer coisa. Sugeriu que se a SME quiser enviar a BNCC que envie, mas destacou que nós temos que fazer o que fomos eleitos para fazer, que é fazer a proposta pedagógica, fazer do jeito estabelecido, como foi combinado e que se tiver que fazer farsa, não somos nós que vamos fazer. Na opinião do Adriano deveríamos parar por aí, montar um grupo para fazer a sistematização do texto, incluindo a questão da legislação, aproveitando os registros das atas, fazer a leitura em uns 15 dias e dar sequência para as próximas reuniões, sugerindo que para a questão do recurso deveria enviar a base. Mônica falou sobre TC e que é um órgão fiscalizador, descrevendo que existe o TC da União, do Estado de SP e do Município de SP, por exemplo, mas que enfim se trata de um órgão fiscalizador: Ele pega a legislação e com base na legislação federal, na aplicação dos recursos, vem cobrar dos municípios o que está fazendo sobre isso, sendo por isso que o CACS-FUNDEB manda relatório para o TC, por isso ele vai ver que tem o currículo e vai querer saber o porquê não foi feito. Ele pode apontar isso e tem um instrumento de avaliação que se chama IGM, que avalia algumas prioridades da gestão pública, mas a gente não perde recursos em função disso. Disse que quem tira recurso nosso é o FNDE, que deixa de mandar e algumas vezes deixa de mandar, pois não prestou conta e por isso algumas vezes não repassa, se não foi justificado e que essas respostas que o Paulo dá ao Governo federal é em função disso. Citou como exemplo a quadra, se não aplica o recurso, precisa devolver e que se



Secretaria da Educação

usou para outra coisa, precisa tirar de algum lugar. Destacou que é importante ficar claro isso e que em segundo lugar temos uma deliberação que criou a CECI e isso é um documento e não chegamos ao nosso final, e se existe uma cobrança sobre isso, a Mônica destacou que concorda com o Adriano que se use a BNCC para não perder verbas, mas que não se faça nada de forma aligeirada, pois não foi para isso que nos propomos e não estamos aqui para assinar uma coisa feita dessa maneira. Disse que se é uma questão prática de recurso que se faça ali e que enquanto isso seguimos fazendo o que estamos fazendo de forma discutida, pensada e que não concorda com isso e que se for o caso que seja votado. A Paula lembrou que para o próximo ano teremos uma queda de arrecadação do município em função da retirada do ICMS pelo governo federal dos combustíveis, o que vai representar uma média de 7% de perda para o município e que isso precisa ser levado em conta, além disso, destacou que se fosse para a SME adotar a BNCC, deveria consultar a CECI de qualquer forma, para que não houvesse ação destoada, desrespeitando um processo democrático que foi iniciado. Rosemara concordou com o Adriano e que poderia ser votado e não participar seria desagradável destacando que se foi combinado que seria primeiro passar por toda a educação, pular essa fase seria feio e como a Mônica disse, não gostaria também de participar disso. Nelson destacou a fala da Camila sobre a necessidade do momento. O Adriano coloca que isso não é bem verdade. Com isso, Nelson trouxe o marco legal a respeito do VAAR, citou a emenda constitucional, o novo Fundeb, entre outros, também citou a questão do ICMS e destacou sobre o que VAAR, que terá redução do seu percentual em 2023 e mais ainda a partir de 2026. Ainda concordou com o Adriano que para o currículo, quem vai dar esse aval, para cumprir o artigo 14 para poder adicionar no SIMEC, a SME precisa subir o currículo e a declaração do COMERC para atestar a veracidade no sistema. Adriano disse que ficou feliz que a SME descobriu hoje que o Comerc quem atesta a questão do currículo. Disse ainda que a pressão por traz do currículo se relaciona também com instituições como a Undime que fazem a pressão pois tem interesse em vender formações. Camila esclareceu que no que diz respeito à questão de comprar o currículo paulista, Valéria explicou que não fará isso. Adriano disse que a educação não pode ser privatizada para pagar esse preço, disse que não quer perder a verba, mas que se o preço é perder para fazer as coisas do jeito certo, que perca. Disse ainda que se quem está na gestão sofre a pressão, é problema de quem está na gestão. Disse ainda que a CECI joga para o Comerc e essa não é função da CECI.



Secretaria da Educação

Sugeriu ainda que a SME mande para o Comerc, mas repetiu que não é a função da CECI. Nelson destacou que também cai nas nossas costas se vai ter verba ou não, pois não finalizou, e é o Comerc que vai fazer isso, frisando ainda que se não mudar, como ficaremos? Destacou a questão da responsabilidade do grupo e que as tentativas de privatização do ensino existem desde 2013, não é novidade, e quem sustenta essa questão é a gestão. Disse ainda que é importante estarmos falando sobre isso, para que tenhamos consciência do que é legal e do que não é e ainda completou dizendo que não defende interesse de A ou B, que defende os seus próprios interesses e que é seu interesse sim não perder salário. Adriano disse que o Nelson fez o terrorismo sobre a questão salarial. Disse que o município perde recurso todo dia e que acha que é conveniente essa história de cumprir pois a lei manda, já que cumprir a lei do piso não foi assim, dessa maneira cumprir essa lei em específico não se justifica. Lamentou que esse assunto seja tratado aqui e sugeriu que a presidente do Comerc que discuta sobre isso, repetiu ainda que se vai perder dinheiro não é culpa da CECI e não é responsabilidade nossa. A Mônica disse na sequência que desde que começamos a Lígia estava falando de formação, indagando que se começamos desde abril já dava tempo de fazer uma formação para o segundo semestre. Disse ainda que quando chega uma coisa séria dessas, que vai tirar o recurso, aí está na mão do Comerc, ressaltando que não está questionando o que está escrito no documento, mas que a responsabilidade disso está na mão do órgão que envia documentos que não são homologados e não são considerados, perguntando qual a diferença desse órgão de agora pra antes. Destacou que é angustiante quando isso chega para o Comerc resolver quando o órgão não tinha essa relevância. Sugeriu que então vão discutir no Comerc, pois lá é um espaço democrático e todos vamos ter que falar e decidir. Disse ainda que se a lei tem tudo isso, por que não se cumpriu o piso? Lembrou que quem faz a política pública é o gestor público e ele complementa as verbas e que se pegarmos o investimento, nunca ficou nos 25% pois a prefeitura complementa com recursos próprios, assim o gestor público que se preocupar com a educação que complemente. Nelson disse que quem colocou essa questão no Comerc foram as novas legislações, não foi a Valéria, a Camila, o Nelson, ou a Mônica, ou seja, não é uma decisão pessoal. Disse que essas questões são importantes e são trazidas sempre que a legislação determina. Deu o exemplo sobre quando se pleiteia um recurso, explicando sobre os recursos para 2023: quando você pleiteia o recurso não vem no ano, vem no ano seguinte e que as complementações fazem parte. Destacou que



Secretaria da Educação

a gente não precisa aceitar, mas precisa entender e que a questão de um terço da jornada não é de agora, discutimos isso em 2009, discutiu-se como seria esse parâmetro e que não houve reposição agora, e temos que discutir isso. Apesar disso, lembrou que precisamos entender a legislação para que depois a gente não “dê tiro no pé” e sofra as consequências. Disse que se quer cumprir, cumpra, mas que vamos sofrer as consequências, a não ser que venha um iluminado e cancele todas as leis. Mônica disse que está na hora do CACS-FUNDEB se mexer e que não tem reunião faz um tempo, questionando para que existe esse conselho. Leandro destacou que faz parte do conselho e está esvaziado, que o Vinicius está sobrecarregado e que quando ele estava na presidência pediu um funcionário dedicado da secretaria para organizar as coisas do Fundeb, mas que ainda não leu a nova lei municipal em relação a isso, mas informou a todos que não existe uma estrutura que vai recebendo ofícios, que recebe extratos da contabilidade, manda e-mails, faz os agendamentos etc., ou seja é praticamente o Vinicius fazendo tudo. Mônica disse que esse é o problema dos conselhos, que as pessoas marcam e ele se esvazia, se tratando de algo de muita responsabilidade, não sendo possível trabalhar com conveniências, de assinar o que interessa e o que não interessa, não sendo tão simples assim, joga para o Comerc, para a CECI. Mônica disse ainda sobre o CAP que já deveria estar organizando uma formação. Adriano trouxe que é importante sim saber a legislação e que se a SME quer comprar o currículo, não dá para fazer pressões e nem fazer transferência de responsabilidade. Disse que não dá para servir de subterfúgio para privatizar o ensino e que um milhão e meio de reais para o orçamento público, não significa muito, considerando o que foi gasto recentemente com brinquedos, destacando que não quer que perca nem um real, mas se precisar (...). Na sequência a Elisângela perguntou ao grupo se a CECI iria tomar parte nisso e decidiu-se que não. Na A seguir a Elisângela perguntou se fecharíamos agora o texto ou colocaríamos mais categorias, descrevendo que na deliberação já temos definidas as concepções e as categorias que estão comumente numa proposta pedagógica e a redação está escrita “entre outras”, o que deixa aberta a possibilidade de incluirmos mais. Igor sugeriu que acrescentar a categoria já seria um posicionamento sobre o currículo, assim indicou acrescentar a categoria professor. Elaine Zanescio (E.M. Marina Fredine Dainese Cyrino) destacou que daria na mesma perder dinheiro e o quanto custa comprar um currículo, assim preferia dar continuidade incluindo os termos professor e brincar. Nelson sugeriu a inclusão do termo professor e não vê necessidade de incluir outros



Secretaria da Educação

itens. Caciara lembrou que no encontro passado foi elencado uma sequência e não foi decidido se iria fechar em todas elas. Mônica destacou que não é a CECI que define o que o Comerc deve ou não fazer. Aline de Moraes (PEB I, E.M. Gisele Brizotti Ferraz) sugeriu que fosse incluso os termos planejamento e replanejamento. Adriano sugeriu que a gente pegue todos os termos que foram levantados no encontro passado, que se monte uma comissão relatora que faça a amarração do texto e que traga para a leitura coletiva, antes de decidir se haverá mais categorias. Camila fez a proposta de que os autores façam essa amarração. Elisangela disse que pela resolução precisa ter alguém do CAP. Mônica disse que não é para discutir, mas para fazer. Elisangela propôs colocarmos para votação se vamos parar para organização do texto, conforme sugestão do Adriano. O resultado da votação foi o seguinte: 42 votos a favor dessa proposta.; 0 para continuar com as decisões das categorias e 5 abstenções. Foi decidido que a comissão relatora seriam: Heluane, Camila e Cristiane e três pessoas CAP. Ficou decidido coletivamente que a reunião do dia 20/09 seria cancelada para que haja tempo hábil para a produção do texto e envio antecipado para os membros, lembrando que dia 01/11 foi dado como ponto facultativo, assim decidiu-se coletivamente dia 8/11 no período da tarde, das 13h30 às 17h30. Camila propôs para CECI se a gente votaria para formação da rede sobre a proposta pedagógica ou as categorias. Adriano trouxe a explicação de que durante vários encontros a Lígia disse que tem dificuldade em entender o referencial teórico e que na reunião passada foi sugerida uma formação a partir das categorias, nessa perspectiva teórica, em uma ação concomitante, sendo um especialista nesse assunto. Foi votada a sugestão de formação sobre o tema, sendo o seguinte resultado: 42 pessoas votaram que sim, 0 para não e 5 abstenções. A reunião encerrou-se às 11h27 e a ata foi redigida por mim, Paula Cristina da S. Gonçalves (CAP, SME).